



---

## Ranking de Notícias: Embargos na AP 470 foram destaque na ConJur

Terminou nesta quinta-feira (2/5) o prazo para os condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, entrarem com recurso. No total, 26 réus entraram com Embargos de Declaração apontando omissões, contradições e obscuridades no acórdão da Ação Penal 470. Além dos 25 condenados, o ex-proprietário da corretora Natimar, Carlos Alberto Quaglia, também recorreu. Do total, pelo menos cinco pediram que o relator do caso e presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, deixe a relatoria da ação. O argumento comum é o de que ele não pode continuar no comando do processo por ter assumido a presidência da corte. [Clique aqui para ler a notícia.](#)

### Reforma na LEP

Além de uma comissão de juristas para discutir mudanças na Lei de Execução Penal (7.210/1984), pelo menos 165 projetos de lei tramitam na Câmara para alterar dispositivos da regra. “É uma norma excelente para a Suíça, mas ineficaz para o Brasil”, critica o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Calandra. Uma das propostas é o PL 7.977/2010, que teve aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no começo de abril. A matéria prevê a manutenção de listas atualizadas de detentos nos presídios e a emissão gratuita de atestados de pena pelos tribunais a qualquer momento. Além dos 165 projetos em análise, mais de 140 propostas sobre o assunto já foram arquivadas na Câmara. [Clique aqui para ler a notícia.](#)

### Pagamento com cartão de crédito

Desde o início de abril a Justiça do Trabalho está aceitando o pagamento de débitos trabalhistas feitos por cartão de crédito. A previsão é levar o modelo a todos tribunais regionais do Trabalho até o fim de 2013. “A estimativa é baixar o tempo do processo em 30%”, afirma o juiz do TRT-9 (PR) Marlos Augusto Melek, um dos idealizadores da proposta. A iniciativa foi firmada em uma parceria do Conselho Nacional de Justiça com os bancos oficiais — Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — e suas operadoras de cartão de crédito — Cielo e Redecar. [Clique aqui para ler a notícia.](#)

---

## ESPECIAIS

### Entrevista do domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o desembargador do TRF-3 Nino Toldo, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), defende a criação de novos tribunais regionais federais. Segundo ele, a relação de nove juízes para cada desembargador na Justiça Federal justifica PEC que cria quatro novos TRFs. “Os desembargadores na Justiça Federal têm muito mais volume de trabalho, o que leva a um congestionamento da segunda instância”, afirma. [Clique aqui para ler a entrevista.](#)

---

### Coluna da Semana

Em sua coluna *Justiça Comentada*, o advogado Alexandre de Moraes afirma que a PEC 33, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, é um claro ato de guerrilha entre poderes. “Lamentavelmente, a CCJ cometeu dois graves equívocos claramente atentatórios à cláusula



---

pétrea da Separação de Poderes, pretendendo por via reflexa criar verdadeiro controle externo ao Poder Judiciário: a confusão entre poder regulamentar e poder normativo primário e a tentativa de limitação do exercício da jurisdição constitucional pelo Supremo Tribunal Federal”. Clique [aqui](#) para ler a coluna.

---

### Artigo da semana

Os advogados Bruno Milanez e Felipe Foltran Campanholi afirma que a redução da idade de imputabilidade será fator de colaboração para com o acréscimo da criminalidade e não sua redução. “Assim, é possível dizer que a questão infanto juvenil não deve sofrer incidência do Direito Penal. A redução da idade de imputabilidade penal não é a solução para as mazelas sociais evidentes que afligem nossa sociedade. A criminalidade — seja ela qual for — somente será reduzida através de sérias e comprometidas medidas de inclusão social, transitando pela efetivação de políticas públicas nas áreas de educação, esporte, lazer, cultura etc”. Clique [aqui](#) para ler o artigo.

---

### Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 378 mil visitas e teve 884 mil visualizações de página de 26 de abril a 2 de maio de 2013. A segunda-feira (29/4) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 73,2 mil visitas.

O texto mais lido, com 5,7 mil visitas, foi o artigo dos advogados Bruno Milanez e Felipe Foltran Campanholi sobre a redução de maioridade penal. “A redução da idade de imputabilidade penal não é a solução para as mazelas sociais evidentes que afligem nossa sociedade”, afirmam. Clique [aqui](#) para ler.

O segundo texto mais lido, com 5,6 mil visitas, a notícia sobre a declaração do criminalista Andrei Zenkner Schmidt que afirmou que “a teoria do domínio do fato tem sido aplicada de maneira chula pelo Supremo Tribunal Federal.” Para ele, a teoria “é muito simples”, mas teve seu uso desvirtuado pelo STF durante o julgamento da Ação Penal 470 para se tornar uma forma de evitar o óbice da condenação por falta de provas. Clique [aqui](#) para ler.

---

### As 10 mais lidas

[Redução da maioridade penal aumentará a criminalidade](#)

["STF aplicou domínio do fato de forma grotesca"](#)

[Tentativa de enquadrar STF é retrocesso de 80 anos](#)

[Morre ex-ministro da Justiça e advogado Saulo Ramos](#)

[A PEC 33/2011 cria uma guerrilha institucional inútil](#)

[O "sentire" do professor e o valor da palavra "não"](#)

[STJ publica acórdão que condena \*Veja\* a publicar sentença](#)

[Juiz é acusado de ocultar provas quando era promotor](#)

[Autor da PEC 33 possui outros projetos sobre Judiciário](#)

[TJ-ES condena juiz por corrupção passiva](#)

---

### Comentário da Semana



---

Na notícia em que o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, afirma que a CLT precisa ser atualizada, o consultor Erminio Lima Neto fez o seguinte comentário: "Com a devida vênica, penso que a "modernização" da Justiça do Trabalho é muito mais prioritário do que a própria CLT. A CLT é muito pouco utilizada nos julgamentos na Justiça do Trabalho, que, invariavelmente, se utiliza apenas da jurisprudência, desafortunadamente, construída com fundamentação em ideologias e não no Direito. Temas sérios, complexos e de grande impacto, como a descon sideração da personalidade jurídica; multas e indenizações por "danos morais" e terceirização, por exemplo, são motivados apenas no mantra da "dignidade da pessoa humana." Mantra, como nos ensina o Houaiss, "pode simbolizar ou evocar uma filosofia mística". Clique [aqui](#) para ler.

---

### **Manchetes da Semana**

[Cinco réus pedem que Barbosa deixe de relatar mensalão](#)  
[Acórdão do mensalão parece uma colcha de retalhos, diz Delúbio](#)  
[Simone Vasconcelos questiona pena maior que a de Dirceu](#)  
[Dirceu pede que Joaquim Barbosa deixe de relatar o mensalão](#)  
[165 projetos tramitam na Câmara para mudar execução penal](#)  
[OAB defende sigilo de conversas entre advogado e preso](#)  
[Limite do Fundo Garantidor de Créditos deve aumentar em 2013](#)  
[É ilegal depósito prévio para custeio de honorários periciais](#)  
[Indústria pede lei trabalhista mais moderna para crescer](#)  
[‘Congestionamento no segundo grau exige criação de tribunais’](#)  
[Pagamento com cartão deve reduzir tempo de ações trabalhistas](#)  
[Toffoli dá 72 horas para Câmara se manifestar sobre PEC 33](#)  
[Receita fiscaliza câmaras arbitrais e exige acessar sentenças](#)

### **Date Created**

04/05/2013